



CÂMARA DOS DEPUTADOS
GABINETE DO DEPUTADO MARCO ANTÔNIO CABRAL – MDB/RJ

Comissão de Minas e Energia

Requerimento nº /2018

Requer a realização de Audiência Pública para discutir a prestação de serviços de distribuição, transmissão e comercialização de energia elétrica realizada pela concessionária ENEL Brasil S.A em municípios do estado do Rio de Janeiro.

Senhor Presidente,

Venho, respeitosamente por meio deste, requerer, com fulcro no artigo 24, III, VII, XIV do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização de Audiência Pública para debater assuntos relacionados à prestação de serviço de distribuição, transmissão e comercialização de energia elétrica pela concessionária ENEL Brasil S.A. nos municípios do estado do Rio de Janeiro.

Para efetiva realização desta Audiência, visando disponibilizar a oportunidade de esclarecimentos e outras questões pertinentes, além de dar publicidade ao tema e seu debate, convidamos os ilustres:

- Representante da concessionária ENEL Brasil S.A.;
- Representante da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL;
- Sr. Dr. Marcus Vinicius, prefeito de Itaperuna;
- Sr. Josias Quintal de Oliveira, prefeito de Santo Antônio de Pádua;
- Sra. Margareth de Souza Rodrigues Soares, prefeita de Italva;
- Sr. Dr. Rivelino, prefeito de Laje do Muriaé;
- Sr. Severiano Antônio dos Santos Rezende, prefeito de Natividade;



CÂMARA DOS DEPUTADOS
GABINETE DO DEPUTADO MARCO ANTÔNIO CABRAL – MDB/RJ

- Sr. Leonardo Paes Barreto Coutinho, prefeito de Porciúncula;
- Sr. Silvestre José Gorino, prefeito de Varre-Sai;
- Sr. Flávio Diniz Berriel, prefeito de Aperibé;
- Sr. Agnaldo Vieira Mello, prefeito de Cambuci;
- Sr. Manoel Queiroz Faria, prefeito de Itaocara;
- Sr. Clóvis Tostes Barros, prefeito de Miracema;
- Sr. Marcionilio Botelho Moreira, prefeito de São José de Ubá; e
- Sr. Roberto Elias Figueiredo Salim Filho, prefeito de Bom Jesus do Itabapoana;

Justificação

A ENEL Brasil S.A. é a maior empresa privada do setor elétrico brasileiro, atuando em toda a cadeia energética (geração, conversão, distribuição, transmissão e comercialização) em diversos estados e regiões do Brasil, atingindo um total de, aproximadamente, 17 milhões de consumidores, entre eles residenciais, comerciais, industriais e rurais.

Em que pese toda a larga atuação e a *expertise* da concessionária, muitos consumidores estão extremamente insatisfeitos com a prestação de serviços desempenhada pela empresa. Como exemplo, destacamos a situação dos moradores dos municípios da Região Noroeste do Rio de Janeiro, atendida pela ENEL.

Segundo informações dos cidadãos dos 13 municípios que integram a mesorregião do Noroeste Fluminense, houve um aumento de 21% nas tarifas de energia elétrica, sem qualquer tipo de justificativa, fundamento ou explicação aos consumidores. Além disso, foi implementado na zona rural o faturamento trimestral por estimativa, o que vem gerando um aumento substancial do valor das contas, diminuindo o poder aquisitivo e a qualidade de vida de milhares de famílias. Também não houve qualquer explicação ou elucidação dos motivos que levaram a ENEL a adotar tal medida prejudicial aos consumidores.

Outra crítica reiteradamente feita pelos cidadãos é o fato de não ocorrer mais a leitura mensal no interior, economizando, assim, com o pagamento dos



CÂMARA DOS DEPUTADOS
GABINETE DO DEPUTADO MARCO ANTÔNIO CABRAL – MDB/RJ

chamados “leituristas”, o que seria um desdobramento da política de racionamento de custos da empresa que também trouxe prejuízos para os consumidores. Não obstante todas essas críticas, até então não explicadas pela empresa, ainda corre a informação de que a ENEL fechará os postos de atendimento nos municípios de Natividade; Varre-Sai; Porciúncula; Cambuci; São José de Ubá; Cardoso Moreira; Trajano de Moraes; Santa Maria Madalena; e Italva.

Esta trágica notícia trouxe ainda mais preocupação aos consumidores que encontram grande dificuldade em se comunicar com a empresa mesmo com a existência destes postos de atendimento. Fechá-los representa um retrocesso e desrespeito para com os cidadãos que buscam apenas ter atendido seu direito garantido de acesso digno à energia elétrica, além de criar mais um obstáculo para resolução de problemas e busca de informação, sem mencionar os postos de trabalho que serão perdidos com o fechamento de tais unidades de atendimento.

Considerando a pertinência do tema e, a fim de contribuir para a discussão desta questão tão importante, solicito o apoio dos meus pares para aprovação deste Requerimento de Audiência Pública.

Sala da Comissão, de julho de 2018

Deputado Marco Antônio Cabral